

Presente e futuro da agricultura: integrando África, América Latina e Caribe



» **SILVIA MASSRUHÁ**
Presidenta da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

» **MANUEL OTERO**
Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

América Latina e o Caribe (ALC) alimentam 1,3 bilhão de pessoas no mundo. Isso torna a região a maior exportadora de comida do planeta, segundo estudo do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Apesar de sua robusta capacidade produtiva, a ALC enfrenta desafios, como a urgente necessidade de ampliar investimentos em adaptação às mudanças climáticas, infraestrutura e tecnologia e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade da produção e a mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Diante desse cenário, governos, organismos internacionais e instituições de pesquisa buscam alternativas para ampliar a produção de alimentos, visando a segurança alimentar e o combate à fome e à pobreza, atuando como parte da solução para o enfrentamento à emergência climática. A liderança brasileira na Aliança Global contra a Fome e a Pobreza reforça o compromisso inovador do governo.

Embora a ALC lidere a produção agropecuária, África e as Américas têm características e desafios semelhantes para manter os sistemas agroalimentares. Dessa forma, a África pode emergir como uma nova fronteira agrícola, utilizando tecnologias desenvolvidas na agricultura da América Latina e, em especial, do Brasil.

A África abriga 65% das terras aráveis não cultivadas e 10% dos recursos de água renovável do mundo. Esse enorme potencial agrícola

e ambiental oferece oportunidade única para integrar o continente na cadeia de abastecimento global, posicionando-o como um ator-chave na produção de alimentos.

As características climáticas e naturais comuns entre os continentes facilitam a adaptação e a implementação de práticas agrícolas e tecnológicas de ambos os lados do Atlântico.

Com solos similares aos países africanos, o Brasil alcançou posição destacada na agropecuária devido ao trabalho realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), uma peça fundamental na transformação produtiva e na modernização da agricultura, promovendo a geração e difusão de avanços. Somma-se a isso a cultura empreendedora dos agricultores na adoção dessa tecnologia e na organização das cadeias produtivas, tanto nas grandes commodities quanto no cooperativismo, agregando pequenos agricultores e a agroindústria.

Toda essa experiência pode, e deve, ser expandida para a África, fomentando o desenvolvimento da agricultura, gerando riquezas e empregos pela integração das cadeias produtivas, pelo intercâmbio e comércio de tecnologias e, em especial, pelas oportunidades de inovação para os agricultores que ampliam a capacidade produtiva e agregam valor aos seus produtos.

A implementação de práticas de agricultura tropical regenerativa, baseada em ciência, é, sem dúvida, uma solução para os desafios mais urgentes enfrentados pela África: a degradação do solo, a baixa produtividade agrícola, a insegurança alimentar e a vulnerabilidade aos impactos climáticos. As soluções passam pelo moderno sistema de plantio direto para as regiões tropical e subtropical aprimorado pela Embrapa, pelos sistemas integrados, pelas soluções para novos insumos biológicos e pela imensa expertise de manejo dos pesquisadores e agricultores brasileiros.

Ao mesmo tempo, amplia oportunidades para empresas brasileiras de atuação no “agro

global”. Por fim, retroalimenta a pesquisa e o desenvolvimento da ciência, seja pelo intercâmbio de materiais genéticos, seja pelo aprimoramento de tecnologias para a adaptação ao clima mais rigoroso e incerto.

Para enfrentar os desafios da atualidade e projetar o futuro, o IICA e a Embrapa firmaram uma parceria que ajude a fortalecer a capacidade dos países africanos de aplicar práticas de agricultura tropical regenerativa, abordagem essencial. Essa parceria visa o intercâmbio de conhecimentos técnicos e a criação de uma rede de cooperação internacional com atores comprometidos com o desenvolvimento sustentável da agricultura na África e na América Latina.

A iniciativa vai promover capacidades para restaurar áreas degradadas, aumentar a produtividade e melhorar a resiliência climática, valorizando os recursos naturais e culturais do continente africano. Além de aprimorar as práticas agrícolas africanas, Embrapa e IICA pretendem criar modelos replicáveis e adaptados em outras regiões tropicais do mundo e trazer inovações para o Brasil e países da ALC.

Os desafios são muitos, dadas as incertezas econômicas, sociais e climáticas, mas as experiências no desenvolvimento científico, que transformaram o Brasil e outras potências agroambientais, apontam a viabilidade de investir na agricultura do continente africano. As perspectivas são promissoras. Todos podem sair ganhando nessa relação cooperativa, promovendo o presente e o futuro da agricultura sustentável na integração de forças da ALC e da África.

Contudo, o combate à fome, à segurança alimentar e à sustentabilidade do planeta são os que mais têm a ganhar. Sob o protagonismo de uma região que se transformou, o momento é alvissareiro para a retomada da responsabilidade de multiplicar o aprendizado das ciências tropicais e integrar esforços que, se bem-sucedidos, levarão a todos a um novo patamar mundial.

E se todas as cidades brasileiras se tornassem referência na educação pública?



» **ANNA HELENA ALTENFELDER**
Doutora em psicologia da educação e presidente do conselho de administração do Cenpec

O papel dos municípios na oferta da educação básica pública é gigante, já que 49,3% das matrículas estão sob a gestão municipal, que responde a quase integralmente pela educação infantil e pelos anos iniciais do ensino fundamental — etapas cruciais para o desenvolvimento infantil e a garantia da alfabetização na idade certa. Proporcionais ao tamanho dessa responsabilidade são os desafios educacionais que os municípios enfrentam: de infraestrutura, formação docente, entre outros que inviabilizam o acesso, a permanência e o aprendizado adequado de crianças, adolescentes e jovens. Embora tais desafios sejam comuns a todos, a literatura e a experiência das salas de aula atestam que não existe solução única que se aplique a todas as realidades.

O início das novas gestões municipais é uma boa oportunidade para abandonar a lógica de um único município modelo. Para isso, é necessário ampliar as referências: não apenas um ou 10 municípios-modelo, mas centenas de cidades que se tornem exemplos de qualidade na educação pública, com soluções adequadas às diferentes realidades.

O reconhecimento de experiências bem-sucedidas exige um esforço urgente tanto na produção de pesquisas quanto no fomento e apoio aos municípios. O primeiro permitirá que esses casos sejam identificados e analisados, contribuindo também para a sistematização e divulgação de estratégias e metodologias eficazes. O segundo tem impacto direto na capacidade dos municípios criarem e fortalecerem políticas e programas que combatam as desigualdades educacionais.

De fato, romper com a lógica do modelo único exige aprofundar o olhar sobre as desigualdades educacionais de maneira contextualizada, construindo soluções a partir e com o próprio território. A experiência do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) com as redes municipais mostra que, muitas vezes, dentro do mesmo município, há escolas que avançam nos indicadores e conseguem garantir que as(os) estudantes tenham uma trajetória de sucesso, enquanto outras enfrentam dificuldades em assegurar sua permanência e aprendizagem.

Na maioria das vezes, as(os) matriculadas(os) nessas escolas são negras(os), indígenas, pessoas com deficiência e que pertencem às camadas mais pobres da população. Ou seja, exatamente aquelas(es) que mais precisam de políticas que assegurem o seu direito à escola pública de qualidade. Assim, não basta apenas melhorar os indicadores médios: é essencial que os avanços se traduzam em melhorias para

todas as escolas e estudantes, reduzindo as desigualdades dentro dos próprios municípios.

Nesse contexto, é fundamental que a União assumira seu papel de indutora do fortalecimento dos municípios brasileiros, assim como os estados também devem apoiar as cidades. Um exemplo recente de iniciativa nessa direção é o novo PAR (Plano de Ações Articuladas). Esse instrumento oferece um diagnóstico atual das redes, essencial para o planejamento educacional dos municípios para os próximos anos, além de assistência técnica e financeira do Ministério de Educação (MEC) para estados e municípios, o que pode ajudar principalmente as cidades mais marcadas pelas desigualdades a acessarem ações e recursos da União.

Por fim, é importante ressaltar que insumos como melhoria das condições das escolas, material didático e formação de professoras(es) são essenciais, mas só serão efetivos com políticas estruturantes. Nesse sentido, é indispensável avançar no novo Plano Nacional de Educação (PNE) e, principalmente, na criação do Sistema Nacional de Educação, garantindo articulação e integração de todos os entes da Federação.

O fortalecimento da gestão educacional dos municípios brasileiros exige, portanto, o reconhecimento de que não há receita pronta a ser aplicada igualmente em todos os contextos. Cada cidade tem o potencial de se tornar uma referência, desde que tenha apoio, planejamento e políticas eficazes que considerem e respeitem suas especificidades.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circacunha.df@dabr.com.br

O PIB e a bola de cristal

Tem razão o professor e economista Eduardo Giannetti quando afirma que os governos podem avaliar a qualidade de vida das pessoas no sucesso e no fracasso das nações, tendo como parâmetro o Produto Interno Bruto (PIB). Como exemplo dessa afirmação, ele cita o fato de que as pessoas que têm a sorte de morar nas proximidades onde trabalham, podendo se deslocar tranquilamente a pé, têm uma qualidade de vida ímpar. Ao contrário, os trabalhadores que residem longe da localidade em que exercem suas funções têm que passar horas percorrendo distâncias dentro de várias modalidades de transporte.

Com isso, utilizam mais recursos com passagens, servindo-se de diversos serviços paralelos e acabam consumindo mais combustível e energia. Nesse segundo caso, o PIB aumenta e a qualidade de vida dessas pessoas é rebaixada. Há ainda as possibilidades de acidentes, de estresse e outras enfermidades que obrigam essas pessoas a recorrerem mais a remédios e médicos. Aí também o PIB aumenta, em detrimento da qualidade de vida.

Portanto, há de se desconfiar sempre dos números superlativos do PIB apresentados pelos governos. Principalmente quando não se conhece a que preço e a que sacrifícios humanos essa elevação se dá. Muitas vezes, o empobrecimento e o declínio na qualidade de vida das pessoas são mascarados pela elevação do PIB anunciado com estardalhaço. Situações como essas ficam ainda mais complicadas quando surgem desconfianças sobre os números positivos apresentados.

Outro dado que é preciso desmistificar é com relação aos números superlativos mostrados sobretudo pelo painel do Impostômetro de São Paulo. Por ele, o cidadão desavisado pode imaginar que os brasileiros desembolsaram compulsoriamente mais de R\$ 500 bilhões até o dia 14 deste mês e que existe uma riqueza latente pairando sobre todo o país, arrecadada pelo governo para administrar o Estado, segundo as boas normas da gestão pública. Nada mais irreal. A indecente carga tributária, sorvida com avidez pelo atual governo, não retorna em forma de investimentos e serviços públicos de qualidade. É apenas mais impostos sem a devida contrapartida.

Na realidade, o aumento verificado nos números mostrados pelo painel do Impostômetro retrata uma elevação da inflação nos preços dos bens, num sistema em que a carga tributária acaba por penalizar ao máximo o consumo, mantendo a atividade econômica, que é o principal fator, em ponto morto e estagnada. Existe aqui uma imensa carga tributária voltada quase que exclusivamente para o consumo. Isso significa, ainda, que, mal o ano começou, o contribuinte terá que arcar com mais tributos até dezembro.

Para aqueles que se veem obrigados a ir aos supermercados, a realidade nos preços dos alimentos é bem mais visível e desmonta as narrativas oficiais do governo. Existe, para toda dona de casa, uma certeza: a perda de poder de compra das famílias — não só em razão do achatamento salarial, mas pela própria perda do poder de compra do real.

Não é o caso aqui de dizer, como Galbraith, que as previsões econômicas são capazes de tornar a astrologia mais respeitável, mas uma coisa os economistas concordam: as projeções para o Brasil neste ano que se inicia mostram uma desaceleração geral de toda a economia.

» A frase que foi pronunciada

“Ninguém come PIB, come alimentos”

Maria da Conceição Tavares

Competência

» Encontro importante entre o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, e Silvia Massruhá, presidente da Embrapa. A proposta é de que a Embrapa sediada em Belém seja transformada na Casa da Agropecuária Brasileira durante a COP30. Fávaro acredita que o fato de a unidade paraense ser exemplo de produção responsável, rastreável e sustentável dá a ela essa responsabilidade de representar o país.

Notícia boa

» É fundamental que a pavimentação das estradas seja boa para o escoamento da produção, o transporte de pessoal e a segurança. Novacap, Secretaria de Agricultura, Segov, DER, administrações regionais estão juntos para recuperar as estradas de Ceilândia, Gama e Planaltina.

» História de Brasília

Observem as autoridades que premiar o invasor com um lote numa cidade satélite é prejudicial e inconveniente. Estimula a apropriação indébita. (Publicada em 30/1/1962)